



Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Política Social e Gestão de Serviços Sociais

Atena
Editora

Ano 2019



Thaislayne Nunes de Oliveira
(Organizadora)

Política Social e Gestão de Serviços Sociais

Atena
Editora

Ano 2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Karine Lima
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P769	Política social e gestão de serviços sociais [recurso eletrônico] / Organizadora Thaislayne Nunes de Oliveira. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: Word Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-756-7 DOI 10.22533/at.ed.567192511 1. Política social. 2. Serviços sociais. I. Oliveira, Thaislayne Nunes de. CDD 361
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Conforme uma tendência verificada em escala mundial, a proteção social brasileira teve sua trajetória histórica fortemente influenciada pela desigualdade social advinda da expansão do capitalismo industrial e por crescentes lutas dos trabalhadores nos séculos XIX e XX. Porém, destacam-se as especificidades e contextos inerentes de cada região. A realidade brasileira historicamente foi permeada por contradições sociais e econômicas, que tem forte impacto na condução e execução das políticas sociais.

A política social e os bens e serviços sociais emergem das relações sociais de uma sociedade em constante transformação e são produtos de uma arena de conflitos, ao mesmo tempo em que buscam consenso reproduzem a manutenção da ordem e do controle. Logo, a compreensão destes conceitos implica necessariamente em considerar as relações de tempo e espaço da sociedade, assim como a conjuntura econômica, social, cultural e política.

Esta coletânea intitulada “Política Social e Gestão dos Serviços Sociais” apresenta reflexões acerca da concepção da Política Social e da Gestão dos Serviços Sociais, e, questões transversais que influenciaram a concepção, transformação e os movimentos sociais para o seu aprimoramento. Os autores utilizam diferentes metodologias, tais como: revisões bibliográficas, análise documental, abordagens técnicas e qualitativas, pesquisa de campo com entrevistas e estudos de casos. Cabe ressaltar, que a variedade das discussões asseguradas neste exemplar, que é composto por vinte e três artigos, é também intrínseca a configuração do próprio desenrolar da política social, que perpassa por diferentes meandros e tem uma infinidade de possibilidades e desdobramentos.

Este livro reúne uma coletânea de artigos, que foram subdivididos em dois blocos centrais. O primeiro bloco é composto pela contextualização da política social e por reflexões sobre sua influência no processo de trabalho do Assistente Social. Assim, os autores realizam ponderações acerca da conjuntura de institucionalização da política social, com apontamentos sobre o contexto histórico do desenvolvimentismo e pós-desenvolvimentismo na América Latina e elucidação do desmantelamento das políticas sociais na contemporaneidade. Trata-se de uma obra plural, que inclui análises sobre interlocução da política social junto ao processo de trabalho do Assistente Social, abordando mercado de trabalho, a autonomia profissional e reflexão acerca da influência do coronelismo, clientelismo, assistencialismo e da religião no Serviço Social, que são eixos fundamentais para pensar a estruturação desta profissão.

No segundo bloco os autores discorrem sobre políticas sociais públicas, como: Política de Assistência Social, Adolescentes e Jovens, Sistema Penal - Segurança Pública, Racial, Habitação e Saúde. Para tanto, analisam aspectos sobre a pobreza e a conformação da Assistência Social como política pública, abordando inclusive a estruturação da Política Nacional de Assistência Social, do Sistema Único de

Assistência Social e demonstrando variadas experiências locais. Esse conjunto de inquietações foi primordial para adentrar a discussão sobre os adolescentes, jovens e as famílias, que foi analisado sob a ótica da Proteção Social Básica, ato infracional, medidas socioeducativas e do processo de desligamento dos jovens, institucionalmente acolhidos, ao completarem a maioridade.

Na sequência, o livro apresenta uma análise sobre o sistema penal na sociedade capitalista, que possibilitou a discussão sobre os desafios da desigualdade racial, e também foi explanada a situação dos refugiados acolhidos no Brasil e a perpetuação do racismo. Além disso, a obra contempla a discussão sobre a desigualdade socioespacial, incluindo ponderações sobre a conformação dos espaços urbanos, do direito à cidade e das implicações do Programa de Aceleração do Crescimento. E, por fim, apresenta distintas pesquisas realizadas, que versam sobre a avaliação de desempenho, análises documentais, análise da percepção dos gestores sobre o programa do Governo Federal e pesquisas com enfoque nas políticas de saúde.

Ressalto que, na atualidade, os ataques e cortes das verbas para a Educação Pública influem diretamente na restrição do desenvolvimento dos projetos, que indicam à limitação da realização da pesquisa e do alcance dos necessários resultados. Considerando a fragilidade deste cenário torna-se ainda mais essencial visibilizar os estudos técnicos científicos, sobretudo pelos resultados, que são engendrados as lutas sociais e buscam a manutenção e execução das políticas sociais e dos serviços sociais.

Thaislayne Nunes de Oliveira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO E PÓS-DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE EPISTEMOLÓGICA DOS DISCURSOS CIENTÍFICOS E PRÁTICAS SOCIAIS EMERGENTES NA AMÉRICA LATINA EM SUAS BASES DECOLONIAIS	
Mariza Ferreira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.5671925111	
CAPÍTULO 2	13
O DESMANTELAMENTO DAS POLÍTICAS SOCIAIS NA CONTEMPORANEIDADE	
Thaynara Moreira Botelho	
DOI 10.22533/at.ed.5671925112	
CAPÍTULO 3	23
PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE POLÍTICA SOCIAL NO SERVIÇO SOCIAL	
Angela Kaline da Silva Santos	
Lucicleide Cândido dos Santos	
Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.5671925113	
CAPÍTULO 4	35
MERCADO DE TRABALHO, TRABALHO E AUTONOMIA RELATIVA DO ASSISTENTE SOCIAL	
Carlos Antonio de Souza Moraes	
Gabriela Mendes Moreira Schocair	
DOI 10.22533/at.ed.5671925114	
CAPÍTULO 5	48
OS REBATIMENTOS DA POLÍTICA CORONELISTA NA ATUAÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS NA BAIXADA FLUMINENSE	
Adriano Pereira Basilo de Oliveira	
Erica Silva de Oliveira	
Vaniele Soares da Cunha Copello	
DOI 10.22533/at.ed.5671925115	
CAPÍTULO 6	62
SERVIÇO SOCIAL E RELIGIÃO/RELIGIOSIDADE: ANÁLISE CRÍTICA DE UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA	
Vinicius Pinheiro de Magalhães	
DOI 10.22533/at.ed.5671925116	
CAPÍTULO 7	74
PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – ENTRE O TRABALHO PROFISSIONAL PRECÁRIO E A PRECARIZAÇÃO DOS SERVIÇOS	
Lívia Daniela de Brito Berlandi	
Leana Oliveira Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.5671925117	

CAPÍTULO 8	84
O SUAS NA CONTEMPORANEIDADE: ENTRE AS LÓGICAS DO APERFEIÇOAMENTO E DA RESTRIÇÃO	
Poliana de Oliveira Carvalho Solange Maria Teixeira	
DOI 10.22533/at.ed.5671925118	
CAPÍTULO 9	95
POBREZA, VULNERABILIDADE E PROTEÇÃO SOCIAL NO BAIXO AMAZONAS	
Dayana Cury Rolim	
DOI 10.22533/at.ed.5671925119	
CAPÍTULO 10	107
AS DESIGUALDADES SOCIAIS QUE AFETAM JOVENS E SUAS FAMÍLIAS NO BRASIL EM TEMPOS NEOLIBERAIS E O TRABALHO SOCIAL DO SCFV ARTICULADO AO PAIF	
Rosilene Marques Sobrinho de França	
DOI 10.22533/at.ed.56719251110	
CAPÍTULO 11	118
O ATO INFRACIONAL E AS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS NA CONTEMPORANEIDADE	
Dora Susane Fachetti Miôtto Maria José Coelho dos Santos Eliaidina Wagner Oliveira da Silva César Albenes de Mendonça	
DOI 10.22533/at.ed.56719251111	
CAPÍTULO 12	130
PERSPECTIVAS ACERCA DO PROCESSO DE DESLIGAMENTO INSTITUCIONAL DE JOVENS AO COMPLETAREM A MAIORIDADE, NO INTERIOR DO RIO GRANDE DO SUL	
Carol Colpo Gubert Bianca Gonçalves de Carrasco Bassi Daniela Tonús	
DOI 10.22533/at.ed.56719251112	
CAPÍTULO 13	145
A EVOLUÇÃO DO SISTEMA PENAL NA SOCIEDADE CAPITALISTA	
Andressa Silva Veloso	
DOI 10.22533/at.ed.56719251113	
CAPÍTULO 14	156
OS DESAFIOS DA INCLUSÃO RACIL E AS AÇÕES AFIRMATIVAS	
Eliaidina Wagner Oliveira da Silva Maria José Coelho dos Santos Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva Dora Susane Fachetti Miotto Marcelo Plotegher Campinhos César Albenes de Mendonça Cruz	
DOI 10.22533/at.ed.56719251114	

CAPÍTULO 15	167
REFUGIADOS CONGOLESES: A EVIDENCIAÇÃO DO RACISMO NO BRASIL	
Suellen Felix Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.56719251115	
CAPÍTULO 16	178
REFLETINDO SOBRE A INSERÇÃO DA POLÍTICA SOCIAL NOS PLANOS DIRETORES	
Sueli do Nascimento	
Celena Pereira Rabello	
DOI 10.22533/at.ed.56719251116	
CAPÍTULO 17	188
A CONSTITUIÇÃO DO ESPAÇO URBANO E AS EXPRESSÕES DAS DESIGUALDADES	
Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva	
Maria José Coelho dos Santos	
Eliaidina Wagner Oliveira da Silva	
Marcelo Plotegher Campinhos	
César Albenes de Mendonça Cruz	
DOI 10.22533/at.ed.56719251117	
CAPÍTULO 18	199
INVESTIMENTOS PÚBLICOS E VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA EM ÁREA DE ZEIS: MORADIAS DE ALUGUEL NA COMUNIDADE DA SERRINHA, FLORIANÓPOLIS-SC	
Raquel Soares	
DOI 10.22533/at.ed.56719251118	
CAPÍTULO 19	212
AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO: UM DIFERENCIAL PARA ATUAÇÃO DOS COLABORADORES DO RAMO IMOBILIÁRIO	
Fernando Cavalheiro Silva Da Roza	
Nadya Regina Bilibio Antonello	
Claudia Aline de Souza Ramser	
Letícia Marasca	
Steffani Nikoli Dapper	
Luis Felipe Dias Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.56719251119	
CAPÍTULO 20	233
PERCEPÇÃO DE GESTORES MUNICIPAIS DE SAÚDE DA FOZ DO RIO ITAJAÍ SOBRE O PANORAMA DO PROVIMENTO DO MAIS MÉDICOS	
Marlon Gibb Barreto Zimmer	
Rita de Cássia Gabrielli Souza Lima	
DOI 10.22533/at.ed.56719251120	

CAPÍTULO 21	246
AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE (PGRSS) DE UMA GRANDE REDE DE FARMÁCIAS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE	
Thâmara Carollyne de Luna Rocha	
Amanda Bastos Castro	
Djalma Coriolano da Silva Júnior	
Rodrigo Lisboa Nunes de Oliveira	
Maria Cleciene Fontes de Oliveira Thomaz	
Débora Dolores Souza da Silva Nascimento	
Stéfani Ferreira de Oliveira	
Maria Joanellys dos Santos Lima	
Williana Tôrres Vilela	
Karolynne Rodrigues de Melo	
Pedro José Rolim Neto	
Rosali Maria Ferreira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.56719251121	
CAPÍTULO 22	259
INTERVENÇÕES PARA USUÁRIOS DE DROGAS BASEADAS NA ABORDAGEM COGNITIVO-COMPORTAMENTAL	
Ana Maria da Silva Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.56719251122	
CAPÍTULO 23	268
A IMPORTÂNCIA DA INFORMAÇÃO NO ENFRENTAMENTO DE QUESTÃO SOCIAL: CONSTRUÇÃO E DESCONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO	
Rosângela Nascimento Santos	
DOI 10.22533/at.ed.56719251123	
CAPÍTULO 24	280
ATENÇÃO AO CÂNCER DE MAMA: A SISTEMATIZAÇÃO DAS MEDIDAS ORGANIZATIVAS PARA SEU CONTROLE NO BRASIL	
Thaislayne Nunes de Oliveira	
Mônica de Castro Maia Senna	
DOI 10.22533/at.ed.56719251124	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	292
ÍNDICE REMISSIVO	293

TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO E PÓS-DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE EPISTEMOLÓGICA DOS DISCURSOS CIENTÍFICOS E PRÁTICAS SOCIAIS EMERGENTES NA AMÉRICA LATINA EM SUAS BASES DECOLONIAIS

Mariza Ferreira da Silva

Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Geografia
Curitiba – Paraná

RESUMO: O trabalho tem como objetivos apresentar uma análise sobre as teorias do desenvolvimento e pós-desenvolvimento nos discursos e práticas sociais emergentes na América Latina e identificar fundamentos históricos de influências filosóficas, antropológicas, sociológicas e político-econômicas nas análises geográficas sobre o desenvolvimento. A metodologia possibilitou estabelecer nexos teórico-conceituais na investigação do discurso científico contemporâneo e na análise da problemática econômica espacial, no contexto da globalização e da teoria social crítica. Permitiu a troca de experiências no campo acadêmico, com a (con) vergência e a (di) vergência de ideias entre pesquisadores das áreas de Geografia, História, Ciências Sociais, Direito, Arquitetura, Saúde e Pedagogia com o intuito de construir coletivamente práticas reflexivas. A análise

da diversidade de práticas emergentes e experiências de movimentos sociais libertários e condizentes ao “buen vivir” na América Latina auxiliou no processo de compreensão das origens da cultura latino-americana, da sociedade e dos grupos sociais em processo de luta e resistência contra as formas opressoras de vida. A síntese analítico-reflexiva esclareceu conceitos sobre o desenvolvimento, visando práticas sociais para além do conflito e para a análise da conjuntura política e social – porta aberta para as teorias decoloniais em processos de difusão na América Latina e no sistema-mundo globalizado. O trabalho enfatizou o saber mundializado sob outras bases e formas de desenvolvimento, em consonância com a teoria social e com o pensamento latino-americano que se constrói e se transforma coletivamente, por meio de práticas reflexivas.¹

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento e Pós-desenvolvimento – Discursos e Práticas Emergentes - Teorias Decoloniais na América Latina

1 Esse artigo, adaptado para esse livro, foi aprovado e apresentado oralmente no XXXI CONGRESO ALAS: Las encrucijadas abiertas de América Latina. La sociología en tiempos de cambio – Congreso promovido pela Asociación Latinoamericana de Sociología, realizado em dezembro de 2017, na cidade Montevideo - Uruguay. Encontra-se publicado, originalmente, nos Anais do referido congresso. A autora agradece a CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pela concessão de bolsa de doutorado, por mérito.

DEVELOPMENT AND POST DEVELOPMENT THEORIES: AN EPISTEMOLOGICAL ANALYSIS OF SCIENTIFIC DISCOURSES AND EMERGING SOCIAL PRACTICES IN LATIN AMERICA ON THEIR DECOLONIAL BASIS

ABSTRACT: The objective of this paper is to present an analysis of development and postdevelopment theories in emerging social discourses and practices in Latin America and to identify historical foundations of philosophical, anthropological, sociological and political-economic influences in geographical analyzes of development. The methodology made it possible to establish theoretical and conceptual links in the investigation of contemporary scientific discourse and in the analysis of spatial economic problems, in the context of globalization and critical social theory. It allowed the exchange of experiences in the academic field, with (con) and (di) vergence of ideas among researchers from the areas of Geography, History, Social Sciences, Law, Architecture, Health and Pedagogy in order to collectively build reflective practices. The analysis of the diversity of emerging practices and experiences of libertarian social movements that fit the “buen vivir” in Latin America helped in the process of understanding the origins of Latin American culture, society and social groups in the process of struggle and resistance against oppressive forms of life. The reflexive-analytic synthesis clarified concepts about development, aiming at social practices beyond conflict and for the analysis of the political and social conjuncture - an open door for decolonial theories in diffusion processes in Latin America and the globalized world-system. The work emphasized globalized knowledge under other bases and forms of development, in line with social theory and Latin American thought that is built and transformed collectively through reflective practices.

KEYWORDS: Development and Postdevelopment - Emerging Discourses and Practices - Decolonial Theories in Latin America

1 | INTRODUÇÃO

A síntese, resultado da análise epistemológica do discurso científico contemporâneo fundamentado nas abordagens da Teoria Social Crítica, da Antropologia do Desenvolvimento e das Teorias Decoloniais objetivou compreender a problemática espacial socioeconômica, no processo de globalização e na formação histórica do mundo contemporâneo com foco para a evolução do pensamento latino-americano. Fundamentou-se em perspectiva de investigação bibliográfica que examinasse, esclarecesse e refletisse sobre a visão antropológica e histórico-social dos vocábulos referentes aos conceitos de desenvolvimento e subdesenvolvimento, cuja essência original encontra-se no paradigma eurocentrista de “ideia/força”, exclusiva da modernidade, para os domínios do pensamento e da ação. Ou seja, de indução ideológica ao progresso e ao fortalecimento do sistema capitalista como formas coloniais do poder e do saber.

O problema em questão é a leitura geográfica do desenvolvimento focada na escala macroeconômica do sistema-mundo, que passa do modelo hegemônico

desenvolvimentista de progresso universal moderno, ao mundo multiescalar contemporâneo. Diante da problemática, a pergunta é: Como mapear o mundo multiescalar contemporâneo, sem dissimular o real sociocultural vivido e seu devir, em uma matriz cartográfica que não induza a geometrização do espaço?

A tese que se coloca aqui é buscar referência em outras escalas sociais de estudo – as analíticas, que transcendam as matemático-cartográficas – sejam elas histórico-antropológicas, sociológicas, econômicas, políticas ou fenomenológicas, mas que sejam capazes de mapear para além do hegemônico, outros mundos num só.

A Geografia é uma ciência que visa analisar relações dinâmicas de fenômenos espaciais – físicos e humanos – dotados de múltiplas variáveis acopladas a outras ciências. Entende-se que, escala, não deve ser vista apenas do ponto de vista cartográfico, mesmo quando se trata de Geografia. Cartografia e Geografia são ciências relevantes que tentam demonstrar fenômenos espaciais, mas têm enfoques analíticos distintos.

Neil Smith (2000), por exemplo, analisou os “contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica” para falar do “espaço da diferença”, no mundo contemporâneo. Milton Santos (2001), em sua obra *Economia Espacial*, apresentou um volume de ensaios escritos, traçando um mapa analítico do subdesenvolvimento e da pobreza, dos espaços e dominação, das formas geográficas que já difundiam o capital e mudavam as estruturas sociais, sem precisar usar a geometrização do espaço, em um cartograma escalar. E assim, tantos outros intelectuais e cientistas, geógrafos e não geógrafos conseguiram abstrair a essência de fenômenos espaciais, de forma inteligível, sem a hegemonia matemático-cartográfica eurocentrista.

Uma das abordagens analíticas sobre a questão do desenvolvimento fundamenta-se na Antropologia, na Geopolítica e na História. Pablo Quintero (2015) em seu livro *Antropología del desarrollo: perspectivas latinoamericanas*, analisou vários aspectos relacionados à antropologia do desenvolvimento e os principais enfoques das tendências recentes de investigação sobre o tema, a partir de registros e antecedentes geopolíticos de saberes moderno/coloniais para tratar da teoria da colonialidade do poder, na teoria social contemporânea. Explicou, detalhadamente, sobre as relações entre as origens do capitalismo, seu desenvolvimento e a estruturação do sistema-mundo moderno colonial, na sociedade latinoamericana, do ponto de vista de suas redes, escalas e relações de poder, suas explicações históricas e antropológicas. A acumulação originária, de benefício direto ao capital possibilitou o desenvolvimento e a expansão histórica do próprio capital e conseqüentemente, do sistema capitalista.

De acordo com as ideias do referido antropólogo, requer-se a historização das relações com os principais sistemas de dominação e exploração contemporâneos, desde uma perspectiva das origens da exploração das racionalidades do desenvolvimento que desvelam a linhagem cultural – antropológica e genealógica, para discernir sobre as raízes e linhas ascendentes.

É necessário reconstruir todo o “sistema que une desenvolvimento aos sistemas de dominação mais centrais do atual padrão de colonialidade do poder” como sugere Aníbal Quijano (1988; 1989; 2000a) citado por Quintero (2015), em suas abordagens sobre o desenvolvimento. Entretanto, como demonstraram os autores em seus estudos, há numerosas transformações na noção de (des) envolvimento, ressaltando novos adjetivos e novas formas de questionar as tendências gerais do desenvolvimento, advogando outra forma semântica “desenvolvimentista” que supõe ser diferente do modelo hegemônico, que ultrapassa as fronteiras do sistema-mundo universal para um mundo multiescalar.

As teorias liberais, marxistas e pós-estruturalistas também foram fontes de inspiração para a explicação do desenvolvimento e do pós-desenvolvimento. Historicamente, se verificou que os mecanismos sociais de exploração e subalternização uniam-se às ideias de libertação, de progresso e de desenvolvimento individual acopladas ao estímulo de encobrir os níveis da estrutura social com o início de uma nova reconfiguração para o sistema-mundo, engendrada em face de uma profunda crise.

2 | MARCO TEÓRICO-CONCEITUAL

Quijano (1988) esclareceu que o desenvolvimento não pode ser visto como o “resultado imediato da geopolítica norteamericana ou da estruturação do sistema-mundo contemporâneo, mas é um dos meta-relatos constitutivos da subjetividade moderna ocidental que constitui parte central de seu sistema cultural”. Segundo ele, há razões, nas investigações de Williams (2000) que justificam que o vocábulo desenvolvimento aparece no século XVII, como antônimo de enrollar ou arrollar e já com significação metafórica, durante o século XVIII, com o sentido de “desarrollar las facultades de la mente humana” (WILLIAMS, 2000; p. 98 apud QUINTERO, 2015; p. 121) que deriva-se para caracterizar certos processos dos seres vivos relacionados ao “crescimento natural”.

Entre os séculos XVIII e XIX o vocábulo já estava intimamente relacionado ao sentido de “evolução” na Europa Ocidental como resultado das digressões filosóficas da época sobre a natureza das sociedades humanas como apresenta Duchet (1975), citado nesses estudos. Mas, como explicou Quintero (2015), “com a hegemonia do liberalismo no século XIX, desenvolvimento passa a ser dominado pela Inglaterra, designando os processos da industrialização, comercialização e expansão imperial, referindo-se aos fenômenos econômicos e sociais e não mais aos fenômenos biológicos” (QUINTERO, 2015; p. 121). Porém, tudo indicava que, o vocábulo desenvolvimento foi utilizado muito antes do século XVII, já na metafísica de Aristóteles (384-322 a. C) e o sentido aí, estava relacionado à ideia de natureza que se referia à essência das coisas em si mesmas, com o princípio do movimento.

Na visão política aristotélica, a definição da existência do Estado é o resultado

de um processo de crescimento natural e o conceito aristotélico não está ligado à racionalidade moderna. Trata-se de um olhar processual e cíclico do crescimento, diferente da visão atual de desenvolvimento e a noção é de um processo acumulativo e ilimitado. Isso assegura que, desenvolvimento como se entende contemporaneamente é “uma ideia exclusiva da modernidade”. Pode-se dizer que desenvolvimento é tanto um instrumento de classificação social, quanto uma fonte de forças sociais de diversos tipos, que:

Reside com grande potencialidade no mais profundo sentido comum da grande maioria da população do planeta e é parte de uma trama de sentidos e práticas compartilhadas que vem sendo gerado no longo tempo histórico e que adquire a peculiaridade de se apresentar desde a segunda guerra, mas como uma velha novidade (QUINTERO, 2015; p. 123).

Quijano (1988) trabalhou com duas escalas de análise. A primeira relacionada à exploração da constituição histórica do desenvolvimento como uma formação subjetiva moderna. Daí, uma nova consciência de racionalidade que influenciou a totalidade da população global. Conseqüentemente, a conquista de territórios que passaram a ser chamada de “América” e a projeção para o surgimento de novas identidades geoculturais, imaginários sociais e perspectivas de conhecimento. A segunda demonstrou que, a modernidade se construiu junto com o capitalismo como uma expressão integral do padrão global de poder, emergindo como novo sistema de produção e controle das relações intersubjetivas dependentes das exigências capitalistas e da necessidade dos colonizadores de perpetuar e naturalizar sua dominação.

O eurocentrismo, na visão do autor, de fórmulas identitárias da modernidade, articulou-se em torno da produção de alteridades e da autodefinição da recém-criada identidade de Europa com a colonialidade do poder. Essa, com a ideia de classificação/hierarquização entre conquistadores e conquistados, sujeitou indivíduos e grupos sociais ao padrão do poder. Nesse contexto, a ideia de “progresso” apareceu como uma nova síntese da ideia do desenvolvimento, encarnada como evolucionismo social, na França e na Inglaterra, com profunda inspiração na Revolução Industrial, influenciando o século XIX e sendo fundamentalmente inspirador a modelos políticos do século XX.

Do ponto de vista da historicização do desenvolvimento, a escala temporal da sociedade tomou o contorno evolucionista marcado por dois campos fronteiriços: o mundo dos dominadores e o mundo dos dominados, durante o processo civilizatório e o momento da contemporaneidade, alcançado pela Europa. Do ponto de vista espacial, a expansão planetária dos impérios europeus, incluiu outras populações e outros territórios baseados na relação de poder e nos conflitos em virtude da exploração econômica e da (re) produção à contraluz da identidade europeia. A reprodução se estabeleceu em um mundo fragmentado e disperso e a colonialidade do poder alcançou a globalização, em seus diversos mundos fragmentados, onde a hegemonia

global se projetou no locus da exploração.

Quijano (2000c) advertiu que, as mutações advindas da modernidade não estavam representadas exclusivamente, pela conformação de novas relações intersubjetivas, mas estavam acompanhadas pela estruturação de um vasto e inédito modelo de controle e de exploração do trabalho. Esse modelo incidiu de maneira equivalente, em todos os âmbitos da existência social, tendo “a hegemonia do desenvolvimento como ideia/força” veiculada da mesma forma a partir do conjunto de relações estabelecidas pelo capitalismo e não, exclusivamente, como ideologia e/ou utopia, pois são aspirações motivadoras e impulsionadoras de transformações e mudanças na sociedade”. Interessante é perceber que Quijano analisa o “desenvolvimento ideia/força” representado como “domínio do pensamento e da ação”, constituído por um conhecimento que administrava seus próprios discursos e representações, que operava e codificava suas práticas interventoras, tanto no crescimento e expansão do capitalismo quanto na colonialidade do poder.

No capitalismo global, essa ideia/força exerce a função de controle do trabalho para o mercado, em torno da hegemonia do capital. Segundo esse mesmo autor, na América Latina foram geradas, historicamente, particulares formas de controle e mobilização da mão de obra, a partir de mecanismos de classificação social impostos pela colonialidade do poder, fazendo ligações estruturais entre “raça-trabalho” e “gênero-trabalho”, modelando sistemas específicos de exploração submetidos ao capitalismo.

De acordo com Escobar (1998), na arquitetura do desenvolvimento as (re)semantizações contemporâneas do desenvolvimento mantêm seus significados centrais de sobrevivência da ideia/força e sua capacidade de sustentar-se para manter esses significados. Seguindo as explicações desse estudioso sobre a questão, foi verificado que, estas mutações – como entendidas por ele – são produtos necessários ao desgaste da ideia/força, como táticas e estratégias hegemônicas para dar continuidade aos programas desenvolvimentistas recorrentes a diferentes adereços que encobrem os cimentos centrais desta ideia/força moderno/colonial.

Apesar de diversos grupos de cientistas da década de 1970 se posicionarem contra o modelo de desenvolvimento industrial empreendido pelo capitalismo contemporâneo e pelas políticas desenvolvimentistas e advertirem sobre as consequências nocivas ao planeta, a raiz da crise ecológica já se via nas quatro últimas décadas do século XX e já se visualizava a origem do planejamento sustentável na América Latina. As propostas de “desenvolvimento ecológico” se baseavam na proposição de um modelo de crescimento e direcionalidade econômica. Outras propostas, fundamentadas na “teoria da dependência”, propunham um tipo de desenvolvimento baseado na potencialização das capacidades internas de um Estado ou de uma região, objetivando um nível de vida ótimo que suprisse internamente, as necessidades vinculadas ao desenvolvimento, deixando em segundo plano a abertura econômica exógena, vista como problemática. Nas décadas de 1980 e 1990, com inspiração no modelo de

desenvolvimento endógeno, outras adjetivações e modelos de desenvolvimento foram incorporados.

Na atualidade, vislumbra-se uma quantidade numerosa na lista de definições e no debate internacional, destacando-se: desenvolvimento local territorial; desenvolvimento territorial integrado; eco-etno-desenvolvimento; desenvolvimento humano sustentável; desenvolvimento com “rosto humano”; desenvolvimento desde abaixo; desenvolvimento com equidade: desenvolvimento ecoterritorial sustentável e tantos outros, até difíceis de imaginar, que estão presentes no contexto multiescalar. Não obstante, na conjuntura histórica atual, o uso de categorias derivadas do desenvolvimento em relação à contradição de “subdesenvolvimento”, colocadas por vários estudiosos do assunto estão longe de explicitarem as tendências econômicas e as dinâmicas sociais do mundo contemporâneo.

O coletivo de adjetivações encobrem a capacidade de vislumbramento e entendimento da profundidade e natureza dos fenômenos advindos da trajetória capitalista e seus efeitos. Essa situação emergente torna necessária a urgência de encontrar novas tramas de sentido que podem orientar e motivar tanto a visualização dessas problemáticas desenvolvimentistas, como a transformação das estruturas do padrão de poder operante.

Nildo Ouriques (2013) in: *La Crisis Del Neodesarrollismo y La Teoría Marxista De La Dependencia* aponta como relevante os protestos sociais ocorridos no Brasil (2013) e os protestos ocorridos em toda a América Latina, como novas formas de criação de espaços latinoamericanos.

Quijano (2011) em seu artigo titulado “Bien vivir: entre el “desarrollo” y la des/colonialidade del poder, analisou uma nova resistência, desde os fins do século XX, inaugurada como uma tendência de recolonização global. Essa resistência, modo de produção de um novo sentido de existência social pela vida e pela sobrevivência, tem a defesa da vida humana e das condições de vida no planeta. Esse novo horizonte de sentido histórico, de defesa pelas condições de vida no planeta, de lutas e práticas sociais sinaliza o “processo de des/colonialidade do poder como contínua produção democrática da existência social” (QUIJANO, 2011; p. 84-85).

Do ponto de vista da subversão feminista da economia Amaia Pérez Orosco (2014) apresentou aportes para um debate sobre “o conflito capital-vida” e ressaltou a importância da confluência de olhares críticos para a sustentabilidade que tem a vida no centro, como elemento de criação coletiva do pensamento feminista. Esse visou pensar a economia do gênero e a igualdade de oportunidades, desde uma perspectiva feminista, tanto do ponto de vista de integração quanto do ponto de vista de ruptura.

A leitura rompeu com a visão ancorada nos mercados na crise multidimensional, de cunho financeiro, inovando no sentido de apontar novos olhares no entendimento da vida, na vida e para a vida, com ferramentas concentradas na análise e na política. A preferência foi mirar do ponto de vista do oprimido e da economia diversa que sustenta o buen vivir e questiona o sistema, mas com a perspectiva do cuidado com a vida.

Para entender a noção da criação do pensamento coletivo, explicitou Orozco:

Entendemos la creación de pensamiento como un proceso multidimensional que escapa de la disyuntiva pensar/actuar y que va más allá de la labor de rata de biblioteca y/o de lanzar grandes palabras desde una torre de marfil. Toda apuesta política há de tener una forma de ser nombrada y transmitida y todo lo conocido há de suponer una intervención política. Para poder actuar sobre el mundo necesitamos pensarlo. Y esto requiere conocer y nombrar las cosas; crear categorías y relatos que permitan una ruptura con la hegemonia discursiva que impone un único mundo posible y una sola forma de leerlo. No queremos conocer en el sentido de ir descubriendo pequeños pedacitos acumulables de una realidad que está ahí fuera, inmutable. Queremos conocer desde la convicción de que a medida que nombramos la vida desde otros sitios, podemos ir construyendo otros mundos y otras formas de estar en ellos (OROZCO, 2014; p. 29).

Orozco (2014) introduziu ao debate recente, conceitos analíticos e questões políticas para pensar a socioeconomia, advertindo que, não se trata de uma crise apenas financeira e sim, multidimensional: ecológica, de reprodução social e de cuidados.

Como ressaltou Escobar (2005), os estudos culturais, a teoria feminista, os estudos étnicos e do meio ambiente foram diferentes formas de entender “o como” se operava o desenvolvimento. Representaram novas tendências e novos campos, desde 1980. Entretanto, já na segunda metade da década de 1990, as análises e formas de concepções alternativas se converteram em objeto de agudas críticas e refutações, com três objeções à proposta original do pós-desenvolvimento: discurso da pobreza e capitalismo, como verdadeiros problemas do desenvolvimento; visão generalizada e essencialista de desenvolvimento, tendo como realidades as vastas diferenças entre estratégias de desenvolvimento e instituições; romantização das tradições locais e dos movimentos sociais.

Da década de 1950 à década de 1990, período que antecedeu o século XXI, denominou-se era do desenvolvimento. Mas, a partir do início da década de 1990, os acadêmicos críticos e praticantes no campo do desenvolvimento passaram a introduzir o vocábulo pós-desenvolvimento, para diferenciar o novo período que marcava a produção de um debate dinâmico, não só na geografia, mas em vários campos científicos, principalmente nas ciências sociais.

De acordo com as explicações conceituais de Arturo Escobar (2005; pp.: 17-31) no artigo El “postdesarrollo” como concepto y práctica social in: Políticas de Economía, Ambiente Y Sociedad en Tiempos de Globalización, coordenado por Daniel Mato, “o pós-desenvolvimento transcende a conotação conceitual do vocábulo *développeur* e implica em uma prática social”. Na análise de Escobar (2005, p. 18), nas ciências sociais, a conceitualização sobre o desenvolvimento, passou por três momentos ou orientações contrastantes:

- as teorias da modernização, aliadas de crescimento e desenvolvimento, nas

décadas de 1950 e 1960, fundamentadas na certeza dos benefícios do capital, como a ciência e tecnologia e embasada em teóricos e elites mundiais;

- a teoria da dependência e suas perspectivas, nos anos 60 e 70, do século XX, cujas raízes explicativas focavam o subdesenvolvimento e sua conexão entre “dependência externa e exploração interna e não na suposta carência de capital, tecnologia ou valores modernos”. O problema não estava no desenvolvimento, mas no capitalismo.
- as aproximações críticas ao desenvolvimento como discurso cultural, na segunda metade da década de 1980 e a década de 1990.

Esses momentos classificados nos paradigmas originais emergiram das teorias liberais, marxistas e pós-estruturalistas e convergiam para combinações mais ecléticas, onde o paradigma central eurocentrista, ainda era a fonte principal de informação, como ressaltou Escobar (2005), que segundo ele, isso, dificultava o diálogo para o engajamento de perspectivas mais abertas, impedindo a transposição conceitual desse paradigma.

Nesse sentido, a noção de pós-desenvolvimento não propôs outra versão do desenvolvimento, mas questionou os modos pelos quais a Ásia, a África e a América Latina foram definidas como “subdesenvolvidas” e por, isso, necessitavam de desenvolvimento. Ou seja, desvelou a questão ideológica do desenvolvimento, originária, exatamente, na Europa e na sociedade moderna. A questão central dos pós-estruturalistas foi, com que objetivo e por meio de que processos históricos e com que consequências Ásia, África, América Latina foram idealizadas como Terceiro Mundo através dos discursos e das práticas do desenvolvimento.

Harvey (2006), em sua obra *The Limits to Capital*, analisou a crise na economia espacial do capitalismo: a dialética do imperialismo, em questões importantes como desenvolvimento geográfico desigual, concentração e dispersão geográficas, regionalização da luta de classes e entre facções, arranjos hierárquicos e a internacionalização do capital, entre outros aspectos da teoria da crise, da construção das crises globais e das rivalidades interimperialistas, tendo a guerra global como uma forma de desvalorização.

3 | METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos visaram, inicialmente, a revisão bibliográfica sobre a temática que incluiu diversos autores que tratavam da reflexão sobre desenvolvimento e pós-desenvolvimento, a partir de periodizações históricas, antropológicas e sociais, sob a ótica do capitalismo eurocentrista, mas no sentido de desconstruir os pressupostos da ideia/força hegemônica e realçar o pensamento latinoamericano.

As leituras foram seguidas por ciclos de debates, o que permitiu verificar os discursos científicos em relação às práticas recentes dos movimentos sociais e as

escalas analíticas de autores que demonstram perspectivas decoloniais, com foco para a América Latina. A pesquisa resultou na identificação dos discursos das teorias liberais, marxistas-estruturalistas e pós-estruturalistas e na identificação de abordagens pluralistas sobre o desenvolvimento na contemporaneidade.

4 | NÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Como tentativas de respostas à questão do desenvolvimento e do pós-desenvolvimento, pelo menos quatro discursos foram consolidados como formas de explicação, verificados na revisão bibliográfica, de acordo com as ideias de Escobar (2005):

1. Discurso Histórico

- indica o surgimento do “desenvolvimento”, no período pós-guerra, mas com raízes mais profundas na modernidade e no capitalismo;

2. Discurso do Desenvolvimento

- tornou possível, vasto aparato institucional como ONU, FMI, Banco Mundial, Agências Nacionais de Planejamento e Desenvolvimento e projetos locais de desenvolvimento. O discurso tornou-se “força real” transformando a realidade econômica, social, cultural e política das sociedades em questão.

3. Discurso do Desenvolvimento (já operacionalizado, materializado)

- através de dois mecanismos principais:

3.1. Profissionalização de problemas de desenvolvimento, com conhecimentos especializados como campos para lidar com o “subdesenvolvimento”.

3.2. Institucionalização do desenvolvimento com vasto sistema-rede de organizações, projetos, intervenções, conhecimentos sobre agricultura, alimentos, extensão agrícola, crédito, infraestrutura. Houve uma transformação profunda no campo, nas sociedades camponesas, no terceiro mundo. E com alinhamentos a conceitos da terra, da agricultura, criação de animais, entre outros elementos relacionados à terra.

4. Discurso da Análise Pós-Estruturalista

- com destaque para as formas de exclusão de conhecimentos e vozes dos sujeitos que se beneficiaram do desenvolvimento: pobres da Ásia, África, América Latina. A ideia do pós-desenvolvimento surgiu com a desconstrução do desenvolvimento, a partir de uma série de análises de descontentamento com o desenvolvimento no chamado Terceiro Mundo e levou os pós-estruturalistas à era do pós-desenvolvimento, que não seria visto como um período histórico, mas como um regresso à posição realista. Para alguns pós-estruturalistas, o desenvolvimento não seria o princípio organizador central da vida social. A intenção era a revalorização das culturas vernáculas, a construção de mundos mais humanos, cultural e ecologicamente sustentável tornando mais sério os movimentos sociais e as mobilizações na nova era que se construía, com menor dependência de conhecimentos teóricos.

Escobar (2005, p. 23) apresentou sua resposta à crítica pós-estruturalista com

base na perspectiva da Sociologia do conhecimento e defendeu a ideia de que a modernidade e o capitalismo são simultaneamente, sistemas de discurso e de práticas, demonstrando que as teorias não superam as necessidades e os desejos reais das pessoas. Segundo ele, há diferenças entre satisfazer necessidades materiais através de economia de mercado e através de práticas de instituições não capitalistas. No discurso da análise pós-estruturalista, outra crítica contundente foi a de que os proponentes do pós-desenvolvimento representaram o desenvolvimento como algo homogêneo quando em realidade é diverso, heterogêneo, algo em disputa, impuro e híbrido. Bebbington (2000) citado por Escobar (2005) referia-se à noção de desenvolvimento, sendo ao mesmo tempo alternativa e desenvolvimentista, crítica e praticável, enfocada no conceito de sustento.

Esse autor ainda fez referências aos trabalhos de Grillo e Stirrat (1997), que utilizaram a crítica do pós-desenvolvimento como porta de entrada para uma redefinição construtiva da teoria e prática do desenvolvimento e Fagan (1999) que sugeriu que a política cultural do pós-desenvolvimento originou na vida das lutas cotidiana de grupos concretos de pessoas, particularmente mulheres e de propostas marxistas e pós-estruturalistas. Outro foco de discussão foi a relação: pós-desenvolvimento, feminismo e teoria pós-colonial. Sylvester (1999) advertiu sobre o efeito de narrativas do mundo à distância, que é separado daqueles com quem se dialoga. Propôs construir conexões entre a teoria pós-colonial e o pós-desenvolvimento como uma das medidas corretivas do problema. Nesse contexto, as questões do gênero e da pobreza tornaram-se espaços privilegiados como elementos fundamentais do pós-desenvolvimento.

Escobar (2005) analisou ainda, que, “a teoria pós-colonial, a economia política e o feminismo foram marcantes para o novo entendimento do desenvolvimento”. Estudiosos a esse respeito, podem ser citados como Marchand e Parpart (1995), Gardner e Lewis (1996), Schech e Haggis (2000). Também foram ressaltados, de maneira produtiva, alguns assuntos básicos de diferenças paradigmáticas de Pieterse (1998), na análise de Escobar (2005).

5 | CONCLUSÕES

As reflexões sobre desenvolvimento, subdesenvolvimento, pós-desenvolvimento e o contexto do capitalismo colonial/moderno possibilitaram a compreensão do processo de reconfiguração do sistema-mundo moderno/colonial e a globalização do desenvolvimento como metáforas de hegemonia global e genealogia puramente ocidental, na América Latina. Porém, o imaginário ocidental, que induzia a crença de benefícios advindos do consumo capitalista de bens industriais e técnico-científicos, não passou de fábula e fracassou. As ideologias desenvolvimentistas do progresso e das inovações tecnológicas impediram que a vida social sobressaísse e desenvolvesse, a partir de suas diferenças culturais e necessidades próprias.

Nas últimas décadas, os debates em relação às novas tendências de explicação

da noção de desenvolvimento e suas práticas originárias de dissimulação, exploração e subalternização foram marcadas pelos conflitos de interesse político-social. Entretanto, os focos de resistência à ideia/força original da colonialidade e centralidade do poder eurocêntrico projetado na América Latina, são (re) significados com a noção de poder político, cidadania e democracia. Os movimentos sociais se proliferam e redirecionam as demandas e as práticas das políticas públicas, na polifonia que clama pela exclusão da opressão, da violência e de alternativas de paz.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (2012). **Geografia: conceitos e temas**. 15ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 352 p.

ESCOBAR, Arturo (2005). El “postdesarrollo” como concepto y práctica social. In: MATO, Daniel (Coord.). **Políticas de economía, ambiente y sociedade en tiempos de globalización**. Caracas; Facultad de ciencias Económicas y Sociales, Universidad Central de Venezuela, pp. 17-31.

HARVEY, David (1982). **The Limits to Capital**. Oxford: Basil Blackwell.

HARVEY, David (1989). **The Condition of Postmodernity. An Enquiry into the Origins of Cultural Change**. Oxford: Basil Blackwell Ltd.

OROZCO, Amaia Pérez (2014). **Subversión feminista de la economía. Aportes para un debate sobre el conflicto capital-vida**. Madrid: Traficantes de Sueños. Mapas. 279 p.

OURIQUES, Nildo (2013). La Crisis Del Neodesarrollismo y La Teoría Marxista De La Dependencia. In: MARINI, Ruy Mauro: **40 Años de Dialéctica De La Dependencia**. Dossier. Año 26. Número 72. Mayo-Agosto.

QUIJANO, Aníbal (2011). “Bien vivir: entre el “desarrollo” y la des/colonialidade del poder. In **Quito: Ecuador-Debate – Revista Especializada en Ciencias Sociales**, p.77-88.

QUINTERO, Pablo (2015). **Antropología del desarrollo: perspectivas latinoamericanas**. Editado por ROSA, Lena Dávila da e ARIAS, Ana Carolina. -1ª ed. – Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Kula Ediciones, 200 p.

SAÑUDO, María Fernanda (ed.) (2016). **Desarrollo: prácticas y discursos emergentes em América Latina**. Bogotá: Instituto de Estudios Sociales y Culturales Pensar – CLACSO, 335 p.

SMITH, Neil (2000). Contornos de uma Política Espacializada: Veículos dos Sem-Teto e Produção de Escala Geográfica. In: ARANTES, Antonio A. (Orgs.). **O Espaço da Diferença**. Campinas: Papirus.

SOBRE A ORGANIZADORA

Thaislayne Nunes de Oliveira: Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (2013), com especialização na modalidade Residência Multiprofissional em Saúde Pública pelo Hospital Universitário Antônio Pedro (2015). Em 2017 se tornou Mestre em Política Social pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense. E inicia Doutorado no mesmo programa e universidade em 2018, pesquisadora e bolsista vinculada a Coordenação de Aperfeiçoamento da Pesquisa de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na área de concentração Avaliação de Políticas Sociais e linha de pesquisa Avaliação de Políticas de Seguridade Social. Atualmente tem se dedicado a pesquisa com mulheres com câncer de mama, buscando identificar a trajetória do cuidado em saúde e aspectos que podem influir no acesso ao diagnóstico, tratamento e recuperação da doença. Possui experiência profissional na Previdência Social e na Assistência Social, e atualmente é Assistente Social na área da Saúde vinculada ao Núcleo de Apoio à Saúde da Família, no município do Rio de Janeiro. Atua ainda como palestrante em diversas atividades realizadas pela própria Prefeitura e também pela Universidade Estácio de Sá. A autora possui experiência nas áreas: direitos sociais, políticas públicas, seguridade social, envelhecimento, violência, rede socioassistencial, entre outros.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ações afirmativas 156, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 176

Adolescentes 30, 102, 114, 118, 119, 121, 122, 124, 125, 126, 128, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 153, 167

Assistencialismo 88, 103

Assistencialista 48, 49, 52, 56, 76, 131, 137, 275

Assistência social 18, 29, 30, 31, 32, 34, 39, 40, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 111, 114, 115, 116, 117, 123, 124, 126, 127, 143, 153, 184, 268, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 285, 292

Ato infracional 118, 119, 124, 128, 152, 153, 154

C

Capitalismo 3, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 30, 33, 56, 60, 63, 67, 72, 97, 107, 108, 109, 111, 115, 119, 120, 121, 122, 127, 146, 147, 180, 196, 271, 272

Capitalista 2, 3, 7, 11, 14, 15, 17, 19, 27, 38, 42, 52, 59, 93, 95, 96, 97, 98, 104, 109, 110, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 119, 121, 127, 145, 148, 149, 151, 153, 185, 192, 194, 195, 196, 208, 271, 277

Cidadania 12, 15, 57, 59, 66, 72, 82, 83, 95, 113, 117, 118, 120, 124, 126, 127, 128, 147, 157, 181, 234, 269, 274

Classes sociais 108, 121, 163, 183, 190, 192, 194

Clientelismo 59, 88

Clientelista 48, 49, 51, 52, 56, 57, 59, 103

Coronelismo 49, 50, 59, 189

Coronelista 48, 49, 50, 51, 52, 56, 57, 58, 60

Crime 145, 146, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 154

D

Desemprego 15, 20, 34, 38, 50, 86, 100, 105, 121, 123, 146, 148, 181, 205

Desenvolvimentismo e Pós-Desenvolvimentismo 5

Desigualdade 19, 20, 25, 26, 31, 38, 86, 104, 110, 114, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 127, 128, 157, 158, 163, 166, 169, 172, 173, 187, 188, 190, 197, 199, 206, 235, 271, 277

Desigualdade social 19, 38, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 127, 128, 158, 169, 173, 190, 271, 277

Desigualdade socioespacial 194

Determinantes sociais 82, 287, 289

Direitos sociais 13, 17, 18, 20, 38, 59, 60, 70, 76, 77, 104, 120, 121, 127, 174, 181, 240, 274, 275, 284, 292

Drogas 29, 70, 152, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267

E

Encarceramento 145, 146, 150, 151, 152, 154, 155

Estado 4, 6, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 30, 32, 33, 34, 36, 38, 39, 48, 49, 50, 52, 53, 57, 64, 65, 66, 68, 70, 71, 72, 75, 76, 83, 86, 87, 88, 90, 93, 95, 104, 105, 108, 109,

114, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 125, 126, 127, 128, 131, 132, 145, 146, 147, 148, 149, 151, 154, 158, 161, 162, 169, 170, 171, 173, 174, 175, 177, 180, 184, 185, 186, 192, 193, 195, 207, 213, 235, 236, 242, 243, 244, 270, 272, 273, 274, 275, 277, 278, 280, 283, 284, 285, 288, 291
Exclusão social 46, 109, 114, 174, 189, 192, 272
Extrema pobreza 26, 27, 79, 109, 111, 112, 113, 120

F

Famílias 26, 27, 28, 79, 80, 81, 85, 86, 89, 90, 92, 93, 95, 99, 101, 102, 103, 104, 107, 108, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 134, 136, 138, 163, 180, 201, 207, 209, 240, 273, 275
Focalização 17, 18, 19, 30, 38, 76, 82, 85, 86

G

Gestão de pessoas 213, 214, 215, 225, 231, 232

I

Inclusão social 30, 32, 72, 95, 96, 120, 122, 123, 127, 156, 157, 164, 274

J

Jovens 33, 72, 73, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 126, 130, 132, 134, 135, 136, 139, 140, 141, 142, 143, 144
Justiça social 17, 27, 87, 105, 121, 123, 184
Juventude 29, 69, 72, 107, 108, 109, 115, 117, 123, 138, 139, 140

M

Marginalização 70, 109, 157, 165, 184, 192
Marxismo 21, 24, 55, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73
Marxista 7, 12, 14, 24, 31, 50, 54, 55, 56, 60, 62, 63, 66, 68, 69, 147
Medida socioeducativa 125, 154
Meio ambiente 8, 186, 190, 193, 196, 247, 248, 249, 251, 254, 256, 258
Mercado de trabalho do assistente social 35
Miséria 27, 79, 82, 83, 168, 169, 174, 186

N

Negros 107, 109, 110, 116, 146, 157, 158, 159, 161, 163, 164, 165, 172, 173
Neoliberal 13, 16, 17, 25, 38, 39, 56, 57, 78, 82, 86, 88, 100, 109, 196, 272, 285
Neoliberalismo 25, 27, 39, 56, 86, 107, 272

P

Pobreza 3, 8, 11, 15, 17, 20, 26, 27, 49, 50, 78, 79, 86, 88, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 105, 106, 107, 109, 111, 112, 113, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 127, 128, 162, 168, 174, 181, 184, 186, 190, 192, 210, 236, 271, 275, 277
Política de habitação 194
Política econômica 15, 25, 26, 30

Política pública 17, 83, 85, 87, 88, 111, 141, 193, 234, 275, 284

Políticas compensatórias 16, 105

Projeto ético e político 42, 46

Proteção social 22, 25, 32, 33, 38, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 86, 88, 90, 95, 96, 100, 101, 102, 104, 105, 106, 108, 111, 116, 122, 126, 127, 274, 275, 286, 291

Q

Questão social 16, 30, 32, 38, 39, 43, 44, 46, 49, 50, 52, 53, 54, 57, 72, 82, 86, 93, 96, 97, 100, 105, 106, 107, 112, 113, 116, 117, 121, 123, 124, 126, 127, 147, 148, 192, 268, 269, 270, 271, 274, 275, 276, 277

R

Racismo 72, 110, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 172, 173, 174

Refugiados 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177

Relações sociais 14, 31, 36, 37, 43, 44, 71, 98, 101, 115, 117, 122, 126, 164, 165, 177, 183, 185, 189, 190, 194, 276

Religião 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 170, 171, 186

Religiosidade 62, 63, 64, 67, 69, 71, 72, 73

Riscos 41, 86, 96, 100, 105, 112, 114, 163, 164, 202, 251, 262, 266, 280, 287, 289

Riscos sociais 86, 96, 112

S

Saúde pública 196, 242, 245, 256, 259, 280, 282, 284, 285, 287, 289, 292

Seguridade social 16, 18, 22, 32, 75, 79, 83, 85, 87, 89, 90, 94, 105, 111, 272, 273, 275, 276, 287, 292

Seletividade 18, 78, 79, 85, 86, 88

Serviço social 13, 21, 22, 23, 24, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 93, 95, 107, 129, 138, 140, 141, 144, 167, 175, 178, 179, 268, 270, 271, 275, 276, 277, 279, 280, 290, 292

Sistema penal 145, 146, 152, 154

T

Teoria social crítica 1, 2

U

Universalidade 78, 79, 150, 273

Urbanização 50, 107, 112, 114, 180, 181, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 191, 195, 196, 198, 199, 200, 210

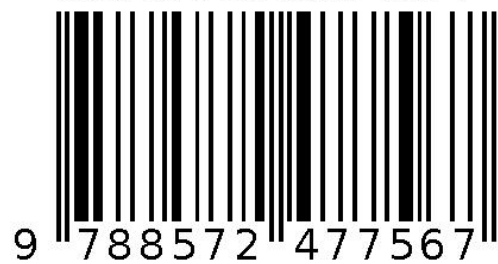
Urbano 40, 45, 109, 174, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 199, 210, 254

V

Violência 12, 48, 49, 50, 51, 57, 59, 60, 71, 73, 77, 107, 109, 110, 115, 117, 120, 121, 127, 128, 133, 138, 139, 145, 148, 150, 174, 177, 190, 272, 277, 292

Vulnerabilidade social 95, 96, 100, 101, 102, 105, 111, 112, 115, 138, 139, 141, 209, 277

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-756-7



9 788572 477567